

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 539.808 - SP (2019/0309917-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : MARCIO PIRES DA FONSECA
ADVOGADO : MÁRCIO PIRES DA FONSECA - SP119192
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE MOLEDO RODRIGUES FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido defensivo, para que se dê preferência ao julgamento do *mandamus* em apreço, ressaltando o impetrante a necessidade de tratamento toxicológico especializado ao paciente, que seria "*viciado crônico em maconho ou THC*" (e-STJ fls. 235/237).

Requer o deferimento do pleito, para que seja a ordem concedida a fim de que o agente seja internado imediatamente em clínica especializada.

É o breve relatório.

De plano, verifica-se que não há como deferir a pretensão apresentada.

Isso porque a internação do paciente em clínica especializada para tratamento de dependência toxicológica é pedido que não foi apresentado na inicial do *habeas corpus* impetrado em seu favor, não podendo ser agora analisada, uma vez que não se admite a introdução de argumento novo após sua impetração.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. PECULATO. CONCUSSÃO. DOSIMETRIA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA. OMISSÃO RECONHECIDA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. INTELIGÊNCIA DO ART. 44, III, DO CÓDIGO PENAL. REGIME FECHADO. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REPRIMENDA INFERIOR A 4 ANOS DE RECLUSÃO. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO REGIME SEMIABERTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. EXTENSÃO DA ORDEM CONCEDIDA À CORRÊ. INOVAÇÃO INDEVIDA. EMBARGOS ACOLHIDOS. VÍCIO SANADO. EFEITOS INFRINGENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A teor do disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração, como recurso de correção, destinam-se a suprir omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade existente no julgado. Não se prestam, portanto, para a revisão de julgado em caso de mero inconformismo da parte.

2. Evidenciado que a decisão embargada deixou de considerar que a Corte estadual reconheceu a prescrição da pretensão

Superior Tribunal de Justiça

punitiva do delito de quadrilha, devem os embargos serem acolhidos.

3. O art. 44, III, do Código Penal estabelece que será admitida a conversão da pena corporal por restritiva de direitos se "a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente". No caso em análise, as instâncias ordinárias asseveraram não ser admissível a concessão do benefício, em razão de serem desfavoráveis as circunstâncias do crime, sem que possa inferir bis in idem ou arbitrariedade em tal conclusão.

4. Estabelecida a pena-base acima do mínimo legal, por ter sido desfavoravelmente valorada circunstância do art. 59 do Código Penal, é possível a fixação de regime prisional mais gravoso do que o indicado pelo quantum de reprimenda imposta ao réu, a teor do disposto no art. 33, § 3º, do CP.

5. Tratando-se de réu primário, ao qual foi imposta pena inferior a 4 anos de reclusão, com circunstância judicial desfavoravelmente valorada, por força do disposto no art. 33, §§ 2º, alínea "b", e 3º, do Código Penal, deve a reprimenda ser cumprida, desde logo, em regime semiaberto.

6. O pleito de extensão da ordem concedida por este Superior Tribunal de Justiça à corré Ana Paula nos autos do HC 413145/SP consubstancia inovação de pedido, o qual não foi aventado na inicial do habeas corpus, sendo inviável, portanto, sua análise em sede de embargos declaratórios. De mais a mais, estabelecido o regime prisional semiaberto, descabe falar em concessão de efeito extensivo da ordem concedida à corré.

7. Embargos de declaração acolhidos, para sanar omissão no julgado e não conhecer do habeas corpus, mas conceder a ordem, de ofício, com o fim de estabelecer o regime prisional semiaberto para o início do desconto da pena imposta ao paciente.

(EDcl no HC 423.679/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. INADMISSIBILIDADE. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. APLICAÇÃO DE PERCENTUAL INFERIOR AO MÁXIMO. POSSIBILIDADE. NATUREZA DA DROGA APREENDIDA (CRACK). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REGIME PRISIONAL ABERTO. IMPOSSIBILIDADE. MOTIVAÇÃO CONCRETA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE.

1. Deve ser mantida, por seus próprios fundamentos, a decisão monocrática que indeferiu liminarmente o writ originário, pois, no caso concreto, de acordo com a jurisprudência desta Corte

Superior Tribunal de Justiça

Superior, a natureza da droga apreendida pode impedir a incidência da causa de redução de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, bem como pode servir de parâmetro para definir o percentual de redução.

2. O regime inicial de cumprimento de pena (fechado) está fundamentado na natureza de droga apreendida, a saber, crack. E, ainda, em dados concretos presentes nos autos.

3. Não cabe a inovação de argumentos, pleiteando-se a abordagem de tema não ventilado na inicial do habeas corpus, a saber, reformatio in pejus em apelação criminal exclusiva da defesa e não comparecimento da paciente em juízo para o interrogatório e a mudança de endereço do outro paciente sem comunicação ao Juízo.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 365.545/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 15/09/2016)

Ante o exposto, indefiro o pleito apresentado.
Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator